



Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena
Praça João Alberto Zaneti, S/Nº - Centro
CEP: 78.548-000 – Nova Santa Helena - MT
Telefone: (66) 3523-1035 – Fax: (66) 3523-1036
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

Ofício 251/2016/GP/PMNSH

Nova Santa Helena - MT, 05 de julho de 2016.

Ao Excelentíssimo Senhor
ADEMIR DIAS DA SILVA
Mui Digno Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
78548-000 - Nova Santa Helena – MT

Assunto: Encaminha Veto

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Venho à honrosa presença de Vossa Excelência, bem assim dos demais nobres Pares que integram essa Colenda Casa Legislativa, com a finalidade e fulcro no artigo 67, da Lei Orgânica Municipal de VETAR, o Projeto de Lei nº 027 de 01 de julho de 2016, por julgá-lo ilegal ao ordenamento vigente e viciado em sua forma apresentando, desde já, as minhas razões.

RAZÕES DO VETO

Passo a analisar e justificar meu Veto, sobre o Autógrafo de Lei nº 027/2016 de autoria do Poder Legislativo, face às seguintes razões:

O aludido Projeto de Lei em que pese à importância que representa, ou seja, de conceder revisão geral dos vencimentos dos servidores públicos do Poder Legislativo, aplicando o índice de 11,28% (onze inteiros e vinte e oito décimos por cento), incidente sobre os salários em vigor, tenho comigo que padece de ilegalidade, pois se tratando o presente exercício (2016) ano em que se realiza eleições municipais, há expressa vedação ao aludido reajuste, nos exatos termos da Lei Eleitoral e da Resolução do TSE nº 23.457/2015, senão vejamos:

A Resolução do Tribunal Superior Eleitoral nº 23457/2015 que estabeleceu as regras para as eleições municipais de 2016, diz o seguinte:



Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena
Praça João Alberto Zaneti, S/Nº - Centro
CEP: 78.548-000 – Nova Santa Helena - MT
Telefone: (66) 3523-1035 – Fax: (66) 3523-1036
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

DAS CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM CAMPANHA ELEITORAL

“Art. 62. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais (Lei nº 9.504/1997, art. 73, incisos I a VIII):

- I (...);
- II (...)
- III(...);
- IV (...);
- V (...);-
- VI (...);
- VII(...);

“VIII - fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição, a partir de 5 de abril de 2016 até a posse dos eleitos”.

§ 4º O descumprimento do disposto neste artigo acarretará a suspensão imediata da conduta vedada, quando for o caso, e sujeitará os agentes responsáveis à multa no valor de R\$5.320,50 (cinco mil, trezentos e vinte reais e cinquenta centavos) a R\$106.410,00 (cento e seis mil, quatrocentos e dez reais), sem prejuízo de outras sanções de caráter constitucional, administrativo ou disciplinar fixadas pelas demais leis vigentes (Lei nº 9.504/1997, art. 73, § 4º, c.c. o art. 78).

§ 5º Nos casos de descumprimento dos incisos do caput e do § 10 do art. 73 da Lei nº 9.504/1997, sem prejuízo do disposto no § 4º deste artigo, o candidato beneficiado, agente público ou não, ficará sujeito à cassação do registro ou do diploma, sem prejuízo de outras sanções de caráter constitucional, administrativo ou disciplinar fixadas pelas demais leis vigentes (Lei nº 9.504/1997, art. 73, § 5º, c.c. o art. 78).

§ 6º As multas de que trata este artigo serão duplicadas a cada reincidência (Lei nº 9.504/1997, art. 73, § 6º).

§ 7º As condutas enumeradas no caput caracterizam ainda atos de improbidade administrativa, a que se refere o art. 11, inciso I, da Lei nº 8.429/1992, e sujeitam-se às disposições daquele diploma legal, em especial às cominações do art. 12, inciso III (Lei nº 9.504/1997, art. 73, § 7º).



Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena
Praça João Alberto Zaneti, S/Nº - Centro
CEP: 78.548-000 – Nova Santa Helena - MT
Telefone: (66) 3523-1035 – Fax: (66) 3523-1036
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

§ 8º. Aplicam-se as sanções do § 4º aos agentes públicos responsáveis pelas condutas vedadas e aos partidos políticos, às coligações e aos candidatos que delas se beneficiarem (Lei nº 9.504/1997, art. 73, § 8º).

Como se vê o inciso VIII do artigo 62 da Resolução supra transcrita proíbe a realização na circunscrição do pleito eleitoral (municípios) a revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição (2016) a partir de 05 de abril de 2016 até a posse dos eleitos (1º de janeiro de 2.017), ficando o responsável sujeito as penas acima previstas.

Portanto, sob dois aspectos entendo que o Projeto de Lei de iniciativa desse Poder Legislativo padece de ilegalidade; *a um porque estabelece que a revisão geral da remuneração dos servidores públicos do legislativo foi estabelecida em 11,28%, logo, acima do índice acumulado dos 03 (três) primeiros meses do ano (janeiro, fevereiro e março) que foi de 2,62% (dois vírgula sessenta e dois pontos percentuais); a dois porque eventual revisão geral da remuneração dos servidores do legislativo deveria ocorrer até 05 de abril de 2.016, o que se conclui que a proposta legislativa é extemporânea pois fulmina o prazo limite previsto na citada norma, posto que, foi apreciada e votada em 1º de julho de 2.016.*

Inobstante tais ilegalidades, verifico que tal reajuste salarial entraria em vigor a partir de 1º de julho de 2.016 (art. 2º), o que se torna impossível, vez que inexistente na lei orçamentária vigente ou em legislação específica, dotação prévia, impedindo, portanto, a sua aplicação no exercício financeiro corrente.

De outra banda, constatei que há erro formal gravíssimo no Autógrafo de Lei, objeto deste VETO integral, já que tanto no artigo 3º, quanto no artigo 5º há menção expressa de que a proposta legislativa se trata de Resolução e não Projeto de Lei de iniciativa do Poder Legislativo.

Ora, ocorreu uma verdadeira contradição pois o texto do projeto da norma aprovada pelo Poder Legislativo, ora se refere a Resolução (norma de caráter interno) que dispensa sanção do chefe do Poder Executivo e ora se refere a Projeto de Lei, não podendo, portanto, persistir a conjugação numa mesma norma com alcances e efeitos incompatíveis entre si.

Por todas estas justas razões VETO, como de fato tenho VETADO NA INTEGRA O PROJETO (AUTÓGRAFO DE LEI) DE LEI Nº 027/2016, por vício de ilegalidade e de forma.



Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena
Praça João Alberto Zaneti, S/Nº - Centro
CEP: 78.548-000 – Nova Santa Helena - MT
Telefone: (66) 3523-1035 – Fax: (66) 3523-1036
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

Sendo assim, devolvo o Projeto de Lei VETADO a essa
Egrégia Câmara Municipal, para reexame.

Aproveito a oportunidade para manifestar a Vossa
Excelência e aos demais membros dessa Egrégia Casa Legislativa protesto de elevada estima e distinta
consideração.

Atenciosamente,

DORIVAL LORCA
Prefeito Municipal